

# Liberalização e desregulamentação da economia nacional

Dentro do programa do PFL, o processo de liberalização e desregulamentação da economia é um dos objetivos mais imediatos na ação de apoio ao Governo do presidente Fernando Henrique. Esse processo vem-se traduzindo, nos últimos três anos, no País, pela progressiva ausência do controle de preços no mercado interno. Em nível externo, pela redução gradativa das tarifas de importação.

A partir da década de 80, é bom que se faça o registro, as tarifas aduaneiras vêm caindo de modo a garantir a inserção progressiva do Brasil nos mercados globais dentro da máxima clássica de que o comércio "é uma estrada de dupla via".

Em 1983, as alíquotas máximas de importação atingiam 105%.

Em 1994, já tinham baixado para 40%, com uma alíquota média de 11,3%.

Em 1995, 1996 e 1997, a alíquota máxima de 40% manteve-se, com medidas, respectivamente, de 12,6% (1995), 11,2% (1996) e ainda 11,2% (1997).

Essa redução de tarifas, em alguns casos sem contrapartida de muitos dos nossos parceiros internacionais de comércio contribuiu para melhorar o clima de investimentos no País e vem restaurando a confiança de investidores internacionais. Não me refiro aos capitais especulativos que entram (e saem) nas Bolsas de Valores, mas aqueles investimentos de média e longa maturação que vem para o Brasil criar renda e empregos, com a instalação de novas indústrias ou a ampliação das já existentes.

Dados estatísticos mostram o comportamento recente do investimento internacional como resultado do programa de estabilização econômica apoiado em três âncoras: a fiscal, a monetária e a cambial. E a competência do atual governo pode ser medida também pelo apoio internacional às medidas internas de ajuste

após a crise cambial e financeira recente dos chamados "Tigres Asiáticos".

Leitura do panorama de investimentos estrangeiros no Brasil mostra quais os nossos principais parceiros e seu nível de participação nos capitais aqui investidos.

Origem dos investimentos estrangeiros (%) de participação/1997	
EUA	61,5
Espanha	16,0
Chile	7,6
França	4,6
Portugal	1,6
Canadá	1,5
Itália	1,0
Alemanha	0,6
Outros	5,6
Total	100,0

Fontes: CNI e BNDES

mais de US\$ 34 bilhões.

É com satisfação que constatamos, nós do PFL, o sucesso do Programa de Estabilização pós-94, sendo revelador que, em 1998, cerca de 93% do entrevistados, em pesquisa realizada pela Price Waterhouse, nos EUA, apontam o Brasil "como a localização mais atrativa, no mercado, para investimentos internacionais".

Na mesma pesquisa, 62% dos entrevistados indicam as atuais condições econômicas do País - estabilidade da moeda, baixas tarifas de importação, vantagens locacionais e apoio oficial dos governos (União, Estados, Municípios) como determinantes dessa preferência.

Temos que ir mais longe na desregulamentação dos setores econômicos para reduzir, em níveis internacionalmente competitivos, o "custo Brasil". Em período recente, já se conseguiu um elenco apreciável de medidas práticas tais como a eliminação do ICMS sobre produtos primários e semi-elaborados; a desoneração do PIS, Pasep e Cofins incidentes sobre insumos utilizados em produtos exportados; a modernização da gestão da mão-de-obra portuária e a racionalização das taxas e tarifas portuárias; a simplificação do regime tributário das micro e pequenas empresas; a flexibilização do monopólio estatal nos setores de petróleo, telecomunicações e navegação de cabotagem; a aprovação da lei de concessão de serviços e obras públicas. Foram iniciativas aprovadas pelo Poder Legislativo.

Falta, entretanto, muito mais para que o Brasil crie um Estado moderno e enfrente os desafios do próximo milênio. E as reformas administrativa, da Previdência Social e fiscal certamente completarão essa moldura de modernidade para o Brasil do ano 2000, com uma face mais humana, porque socialmente mais justa.

Esses investimentos têm se dirigido para setores da produção que requerem alto nível tecnológico e, em consequência, representam uma notável contribuição para o posicionamento do Brasil no conjunto das 10 maiores economias desenvolvidas do mundo, criando, aqui, novos núcleos de formação profissional e técnica e ampliando as ofertas de emprego. Veja-se o direcionamento desses investimentos, na sua previsão para o período 1997-2000:

Extracção de minerais e metais	3,7%
Alimentos e bebidas	4,8%
Produtos químicos	20,6%
Equipamento de escritório e informático	10,5%
Material eletrônico de comunicação	32,4%
Outros	22,9%
Total	100,0%

A previsão da Secretaria de Política Industrial, do Ministério da Indústria e Comércio, é de que o volume de investimentos diretos venha a atingir, no período de 1997 a 2000